



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680955 - PB (2021/0223658-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : FLAVIO MARCIO DE SOUSA OLIVEIRA
ADVOGADO : FLÁVIO MÁRCIO DE SOUSA OLIVEIRA - PB013346
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ANTONIO DAIAN MAIA CAVALCANTE (PRESO)
CORRÉU : ALEX SANTOS DA SILVA
CORRÉU : CHARLIENE SEVERINO DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO DAIAN MAIA CAVALCANTE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (0000219-57.2018.815.0141).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão pelo crime de tráfico de drogas, a 1 ano e 6 meses pelo crime de sequestro tipificado no art. 148, *caput*, do CP, e a 1 ano e 3 meses pelo crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B do ECA.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em virtude do *quantum* da pena fixado na sentença e mantido no acórdão, que se mostra excessivo e merece reforma, porquanto a valoração negativa dos vetoriais da “culpabilidade” no crime de tráfico, e dos “motivos” e das “circunstâncias” do crime de sequestro estão desprovidos de fundamentação idônea (fl. 16).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam redimensionadas as penas-base para o mínimo legal; no crime de tráfico, seja afastada a valoração negativa do vetorial da culpabilidade, enquanto que, no crime de sequestro, sejam afastados os vetoriais dos “motivos” e das “circunstâncias do crime”, e absolver o paciente do crime de corrupção de menor, por atipicidade da conduta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente